

Indenização e Resolução Contratual

2022

Deborah Pereira Pinto dos Santos

STJ00114782

INDENIZAÇÃO E RESOLUÇÃO CONTRATUAL

© Almedina, 2022

AUTORA: Deborah Pereira Pinto dos Santos

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

ESTAGIÁRIA DE PRODUÇÃO: Laura Roberti

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: Roberta Bassanetto

ISBN: 9786556275321

Junho, 2022

12125 11

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Deborah Pereira Pinto dos
Indenização e resolução contratual /
Deborah Pereira Pinto dos Santos. – São Paulo :
Almedina, 2022.

ISBN 978-65-5627-532-1

1. Contratos 2. Contratos (Direito civil) 3. Danos
(Direito civil) 4. Direito civil 5. Indenização
(Direito civil) 6. Obrigações (Direito) 7. Resolução
(Direito) I. Título.

22-106214

CDU-347.4

Índices para catálogo sistemático:

I. Direito das obrigações : Direito civil 347.4
Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

Coleção IDiP

Coordenador Científico: *Francisco Paulo De Crescenzo Marino*

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
1. A DISCIPLINA DA RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR INADIMPLEMENTO.....	31
1.1 A funcionalização do adimplemento contratual à obtenção do resultado útil programado	31
1.2 Conceito de inadimplemento na teoria contratual	40
1.2.1 Nexo de imputação	41
1.2.2 Não satisfação do interesse do credor	52
1.3 Fundamento e pressupostos do direito à resolução contratual	62
1.3.1 Obrigações inter-relacionadas à função econômico-individual do contrato.....	68
1.3.2 A prestação é irrecuperável: o inadimplemento absoluto.....	75
1.3.3 Não inadimplência do credor	89
1.4 A resolução como direito potestativo da parte prejudicada pelo inadimplemento contratual	96
1.4.1 Espaço da autonomia privada e a alocação positiva do risco do inadimplemento absoluto – o chamado contrato irresolúvel....	111
2. DA RELAÇÃO OBRIGACIONAL À RELAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO	123
2.1 A relação de liquidação na resolução e a discutida retroatividade de seus efeitos jurídicos	123
2.2 A liberação dos contratantes do cumprimento da prestação.....	133
2.2.1 Cláusulas vigentes na relação de liquidação.....	136
2.3 A restituição da prestação pelos contratantes.....	150

2.3.1	Natureza obrigacional do dever de restituir e a restituição pelo equivalente pecuniário.....	161
2.3.2	Restituição (ou não) nos contratos de duração	173
2.4	A indenização devida ao credor: a função reparatória da responsabilidade civil	181
2.4.1	O dilema acerca do interesse contratual do credor a ser tutelado na resolução contratual por inadimplemento	190
2.4.2	A prevalência da tutela do interesse contratual negativo do credor à luz da retroatividade da resolução e a necessária separação entre restituição e indenização	206
3.	O DANO PATRIMONIAL INDENIZÁVEL NA RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR INADIMPLEMENTO.....	223
3.1	A medida da indenização na resolução contratual: interesse do credor e diferença patrimonial	223
3.1.1	Sobre o nexo causal na quantificação dos danos contratuais	233
3.1.2	O papel dos juros legais de mora nas obrigações pecuniárias que acompanham a resolução contratual	252
3.2	A composição das perdas e danos na resolução – a tutela do interesse contratual negativo do credor.....	267
3.2.1	Danos emergentes	279
3.2.1.1	Despesas no <i>iter negocial</i> inutilizadas	281
3.2.1.2	Danos relacionados ao inadimplemento da prestação	288
3.2.1.3	Danos por causa da responsabilidade perante terceiros.....	294
3.2.2	Lucros cessantes.....	297
3.2.2.1	Perda de negócios alternativos (custo de oportunidade).....	302
3.2.2.2	Lucros obstados em negócios subsequentes	314
3.3	A subtração do “passivo” na composição da indenização: as despesas reutilizadas, os valores produzidos e as perdas evitadas.....	319
3.4	A composição das perdas e danos na resolução prospectiva nos contratos de duração – a tutela progressiva do interesse contratual positivo do credor	324